

FUTURO DO EXÉRCITO FRANCÊS

Gen-Ex Le Puloch, Chefe do Estado-Maior do Exército da França (Revue de Défense Nationale, junho, 1964).

Trad do Maj Art Rubens Mário Jobim, Oficial de Estado-Maior.



Será o exército francês uma sobrevivência anacrônica de um mundo militar desaparecido?

Uma espécie fraca e irrisória que a arma moderna, o átomo, condena a um fim, daqui para o futuro, inelutável?

De que servem as coortes de formigas combatentes que o relâmpago e o sopro do átomo dispersarão, este átomo que uma simples pressão do dedo sobre um botão muito cômodo desencadeia?

E se, porque ainda existem exércitos em outros rincões além da França — exércitos que, entre parênteses, ninguém se espanta de que países atômicos ainda os conservem — se, pois, admite-se, a rigor, que um exército deva existir, como deve ser êle?

Um exército de “engenheiros”? “Engenheiros” que extraem suas estratégias do cérebro de máquinas eletrônicas, preocupados apenas com um bom “planning” e com o máximo rendimento de uma ferramenta livre das servidões humanas?

Ou um bom exército clássico, com muitos homens, carros e canhões?

Ou este exército profissional, pequeno e rijo, que permitiria ao povo entregar-se às suas tarefas pacíficas, deixando aos profissionais o encargo de se bater pela pátria?

De que serve, pois, este exército?

Qual sua missão?

Precisemos desde logo que as forças terrestres nada mais são que uma das componentes do sistema de forças que constituem os exércitos.

“Missão do exército” é uma contração verbal, da qual não se deve deduzir que o exército se destina a missões próprias, independentes das missões das outras forças armadas.

I — MISSÃO DO EXÉRCITO

É fácil de verificar que hoje, como ontem, a França pode ser palco de agressões as mais diversas, quer políticas, quer militares.

A agressão pode ameaçar diretamente a soberania nacional.

Pode afetar nossos compromissos, com nossos aliados da Europa, ou em outras partes do mundo.

Pode ser, inicialmente, neoclássica, quanto à forma, com ameaça de emprêgo de armas nucleares; e estas armas, se empregadas, podem ser de maior ou menor potência, de maior ou menor alcance; podem visar objetivos militares bem determinados ou serem empregadas sem qualquer restrição.

Pode, ao ser dada a partida, utilizar as armas nucleares, com ou sem invasão.

Tudo isso é, com efeito, evidente.

Mas o é menos, o professar, como alguns ainda o fazem, que, para enfrentar tôdas essas eventualidades que são perfeitamente plausíveis, é suficiente um tipo de arma, a força nuclear estratégica.

Esta teoria de tudo ou nada, talvez válida de planêta a planêta, não tem qualquer sentido para a França.

Se se quer dissuadir o invasor, é preciso ter argumentos ao mesmo tempo vigorosos e plausíveis.

Plausíveis, isto é, adaptados à ameaça sob qualquer forma que se apresente.

Vigorosos, isto é, de natureza a mostrar nossa vontade de aceitar o combate e, se preciso fôr, ir até às últimas consequências dessa decisão.

Dentro desta dialética de dissuasão, um exército adequadamente organizado é um argumento insofismável.

Em caso de agressão por forças terrestres, só um exército dotado de armamento nuclear é capaz, qualquer que seja a forma inicial dessa agressão, de reagir de modo flexível e vigoroso para quebrar o primeiro ímpeto do adversário e forçá-lo a abaixar seu jôgo. Pelo emprêgo judicioso de suas armas nucleares, sob ordem do govêrno, êsse exército testemunharia que a França está disposta a aceitar o risco da guerra tarmonuclear a consentir na servidão.

Se o solo pátrio fôr invadido, sòmente determinados elementos do exército, para isso organizados e treinados, serão capazes de prolongar sem demora a resistência armada no interior do país e de assim manter o princípio da soberania nacional.

Médite-se enfim: sem forças terrestres, o govêrno francês poderia intervir fora da Europa, se os interêsses ou os compromissos da França o exigissem?

II — ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Para se opor à invasão e depois prolongar a luta no interior do território nacional, o exército articula-se em forças de manobra e forças territoriais.

As forças de manobra devem ser capazes de reagir conforme as ações de seu adversário terrestre, de dosar sua resposta de acordo com a importância que o governo dá à partida que está sendo jogada.

Diante do valor das forças ditas clássicas, na Europa, somente o fogo nuclear permitirá às nossas tropas não serem submersas pelo número.

Porque o fogo nuclear é, hoje em dia, no campo de batalha terrestre, o fator mais rapidamente adaptável à importância da ameaça do inimigo, desde que servido por um conjunto de meios adequados, do qual as forças terrestres constituem o elemento essencial.

Até o advento deste tipo de arma, o poder de fogo das forças terrestres, no campo de batalha, estava disseminado em numerosas armas de alcance geralmente pequeno.

A arte da manobra residia, essencialmente, na combinação de movimentos que levassem a pontos bem escolhidos uma massa de fogos, isto é, de tropas, superior à do adversário.

Depois, pela brecha assim aberta no dispositivo de fogos do inimigo, eram lançadas as tropas, de tal sorte que assegurassem, de novo, uma superioridade local de fogos que, pouco a pouco, conduzia à destruição física ou moral das forças adversas.

A relativa fraqueza dos meios de fogo, em potência e alcance, forçava a manobra a terminar pelo confronto, próximo, das forças, cujos elementos — as armas tradicionais — eram poucos ou demais, e por vários motivos, dotados de uma capacidade de destruição comparável à dos adversários.

O advento do fogo nuclear, o alcance cada vez maior das armas, e a potência crescente, com pequeno volume, das cabeças nucleares, trazem um fator revolucionário à tática.

O fogo nuclear permite destruir qualquer objetivo, mesmo tropa, desde que se conheça a natureza e o dispositivo com um certo grau — aliás variável — de precisão.

As condições teóricas de destruição do adversário tornam-se, desde logo, ainda mais simples do que aquelas que du Bellay desejava: "Se o exército soubesse o que faz o exército" dir-se-ia hoje "se o exército soubesse onde está o exército, o exército denunciaria o exército".

É, pois, em torno do fogo nuclear que se organizam as forças.

A informar: onde se encontra o inimigo? Em que momento e onde suas forças de invasão estarão mais vulneráveis à ação dos fogos nucleares?

Nossos meios devem ser estruturados, em sua essência, para responder a tais questões. Quanto àqueles desses meios que ainda terão por missão tomar contato com o adversário, pode-se dizer, sem grande risco de erro, ser necessário e suficiente que sejam organizados e armados para conseguir essa informação e ganhar os prazos necessário à sua exploração.

Assim, a batalha reduz-se a trocas de descargas de fogos nucleares, entrecortadas de fases durante as quais cada um dos adversários esforça-se por precisar o dispositivo do outro por tôdas as fontes possíveis de informação, inclusive êsses contactos de forças que se insiste em denominar indevidamente de **manobra**, quando a manobra que regula tôdas as outras é a dos planos de fogos nucleares.

Tiremos algumas conclusões dêste primeiro exame dos fatores de poderio de um exército.

Primeiramente, verifica-se que, uma vez desencadeada, e se os poderes nucleares disponíveis são grandes, a batalha atinge rapidamente seu paroxismo. As perdas são de tal monta que as forças empenhadas, sobretudo as mais vulneráveis pela informação, ficam, em curto espaço de tempo, — algumas horas, alguns dias — fora de combate.

A batalha, pois, será breve, desde que ponha em jôgo o átomo — e para nós é evidente que o átomo deverá ser rapidamente pôsto em jôgo, no caso de agressão caracterizada.

Sômente um grande escalonamento em profundidade de forças numerosas, poderia permitir tal batalha durar.

Para quem não pode ou não quer dispor de forças tão numerosas, ou para quem não dispõe de espaço para o desdobramento necessário, é, pois, inútil equipar-se para batalhas demoradas.

Desde logo, o combate só tem um objetivo, a vitória, pela destruição ou capitulação das forças armadas inimigas. Não tem outro fim, tornamos a dizê-lo, que forçar o adversário a revelar suas intenções sem equívoco, que o convencer em seguida, pela violência da resposta de que somos capazes, de que o govêrno está disposto a enfrentar, se necessário, os riscos da guerra termonuclear e, por isso mesmo, dissuadir o agressor de prosseguir em sua empreitada.

Notemos que, tendo sido montadas as forças de manobra "em tôrno" da arma nuclear, a distinção entre "forças clássicas" e "forças nucleares" vem a ser arbitrária. É de uma espécie de "sistema de armas" que se trata.

Seria deplorável entretanto que, privado de suas armas nucleares, êste conjunto perdesse tôda eficácia.

Porque as circunstâncias podem ser tais que um certo prazo se passe, antes que as forças sejam autorizadas a utilizar suas armas nucleares.

É preciso, também, que elas sejam capazes de explorar a neutralização das forças adversas, completando a destruição com suas armas clássicas.

Enfim, devem estar aptas a intervir em qualquer ação menor, sem recorrer às suas armas nucleares.

Assim foram concebidas, com efeito, nossas forças de manobra.

Estas forças serão dotadas de armas nucleares.

Terão boa mobilidade em qualquer terreno e, algumas delas, graças ao helicóptero, uma grande mobilidade sobre o terreno.

Possuirão numerosos meios de detecção de alvos, eletrônicos e outros.

Serão, na maioria, blindadas, para assim ficarem tão bem protegidas quanto possível contra os efeitos térmicos, de sopro e de radiação das explosões nucleares. As que não forem blindadas, serão capazes de rapidamente se enterrarem.

Disporão de um bom poder de fogos, sobretudo de fogos anticarro, que as tornem aptas a combater dispersas em unidades de pouco volume.

Serão dotadas de boa defesa antiaérea, média e baixa.

Enfim, como seria perigoso contar com prazos longos de mobilização, as forças de manobra de cobertura estarão com 100% de seus efetivos, enquanto que as estacionadas na metrópole disporão de 80%.

Assim, pois, blindadas e mecanizadas em parte, e muito móveis em qualquer terreno, em parte não blindadas mas providas de heli transporte de manobra rápida, todas fortemente dotadas de armamento anticarro e de uma boa defesa antiaérea, baixa e média, aplicadas à procura e exploração das informações e para isso equipadas, capazes de enterrar rapidamente o pessoal e o material, preciosos, não protegidos, — assim serão as forças que, por volta de 1970 servirão às armas nucleares do exército.

Elas serão dotadas, também, de uma certa potência clássica.

Mas as forças de manobra, incluídas nas forças de cobertura da OTAN ou colocadas em reserva nacional, não são mais que uma das peças do sistema de defesa terrestre da França.

Porque as forças de defesa territorial têm um papel capital no conjunto de nossas forças armadas.

Com efeito, é claro que a potência e o alcance das armas, bem como a grande dispersão das forças em presença farão com que a batalha se estenda a centenas de quilômetros de profundidade. Para a batalha da Alemanha, os Países Baixos, a Bélgica e a França serão a retaguarda imediata das forças de cobertura.

Uma das missões das forças operacionais de defesa territorial será garantir a segurança dessas retaguardas contra as incursões inimigas de todo tipo por via terrestre, aérea ou marítima, bem como contra as tentativas de subversão que as acompanhem. A proteção das áreas sensíveis, e mais particularmente das zonas em que serão desdobrados os meios estratégicos de intervenção nuclear, entra no quadro dessa missão.

Ademais, se a França fôr invadida, as forças operacionais de defesa territorial devem estar aptas, por sua organização, armamento, logística e instrução, a passarem a ações de guerrilha.

Essa missão é válida para as formações divisionárias, como para as brigadas de defesa, da reserva e da ativa.

A organização dos regimentos de infantaria das brigadas territoriais em grupamentos de "comandos" e a instrução dos "comandos" respondem a essa preocupação.

A reorganização e a simplificação da mobilização, o aperfeiçoamento do método de instrução das reservas, que estão em vias de execução, permitirão pôr de pé rapidamente as formações da reserva.

Fôrças de defesa capazes de prolongar a duração da resistência nacional constituem, pois, uma das armas mestras da dissuasão.

Mais do que qualquer outra fôrça, simbolizam elas, sem dúvida, a vontade da França de se bater até o fim por sua liberdade.

É preciso, ainda, que estas tropas tenham a vontade de se bater e que esta vontade seja conhecida.

Não é, afinal, na vontade dos homens que residem a fôrça e a credibilidade da dissuasão?

Fôrças de manobra, fôrças operacionais de defesa territorial — eis aí esboçadas, em grandes linhas, as fôrças do exército que têm por missão principal garantir a soberania nacional.

Além disso, o exército constituiu uma fôrça destinada a intervir onde os interesses e os compromissos da França o exijam, particularmente nos países africanos, aos quais nos ligam acórdos de defesa.

Essa fôrça terrestre não é, aliás, senão uma das componentes de uma fôrça de intervenção, onde combinam os meios terrestres, marítimos e aéreos.

São tropas de armamento clássico, nas quais predomina a infantaria, mas uma infantaria aeromóvel, pára-quedaista ou aerotransportável. Algumas dessas tropas recebem também treinamento anfíbio.

Tropas da mesma natureza estacionam no além-mar, em vanguardas. Asseguram a proteção da infra-estrutura aérea e portuária, e a proteção dos estoques de toda a espécie, necessários à rapidez da intervenção.

Todas estão, permanentemente, com 100% de seus efetivos.

É conveniente notar que, embora destinadas à intervenção imediata no exterior, estão também aptas, em caso de conflito na Europa, a executar as missões das forças de manobra e, em particular, ao lançamento de comandos de infantaria, anticarro, e de destacamentos de informação, no interior do dispositivo inimigo.

III — VALOR E NATUREZA DAS FORÇAS

Forças de manobra, entre as quais as de intervenção no exterior, forças operacionais de defesa territorial, forças estacionadas no além-mar, o valor total das forças do exército foi fixado em 350.000 homens, que assim se distribuem:

- dois corpos de exército a cinco divisões mecanizadas, das forças de manobra;
- uma divisão de intervenção a três brigadas, das quais duas pára-quedistas;
- nove brigadas de forças territoriais;
- os elementos estacionados no além-mar.

Com a mobilização, em um prazo que não ultrapassa a três dias, este número será elevado a cerca de 750.000 homens.

A maior parte dos efetivos mobilizados destina-se às forças territoriais, que constituem brigadas de reserva e regimentos divisionários.

Em 1960, o exército mobilizava 1.500.000 homens; é verdade que necessitava de 30 dias para mobilizá-los.

IV — REALIZAÇÃO

Eis o plano para 1970.

Como será executado?

Seria pueril negar que a força nuclear estratégica nacional pesa muito sobre o orçamento das armas denominadas — sem razão — clássicas.

Mas a posse desta força é uma necessidade para um país que quer estar, ele próprio, dentro da estratégia geral do mundo. Além disso, indiretamente, o desenvolvimento da técnica e da produção do armamento nuclear estratégico valoriza, consideravelmente, os exércitos.

O exército deve, pois, contribuir com sua parte para a construção do edifício.

Deve, também, entretanto, preparar-se para o futuro, para que suas forças continuem a todo momento coerentes.

Assim, o plano foi de tal modo concebido que a qualidade, tanto do pessoal como do material, jamais seja sacrificada pela quantidade, e que os diferentes componentes do exército conservem o caráter de corpo dinâmico, capaz de evolução.

Por moderado que seja, este programa não é de fácil realização. Os obstáculos são numerosos.

Assinalemos os mais evidentes.

O serviço militar, por exemplo.

Reduzidas ao total de 620.000 homens, as forças armadas não poderão mais incorporar, a partir de 1966, a totalidade dos 310.000 incorporáveis do contingente, num serviço militar universal e idêntico para todos, de 18 meses. Será preciso, então, encontrar uma fórmula que concilie as necessidades contraditórias de universalidade (da qual, entre parênteses, a França será em breve o único defensor), de eficácia (pois de que serve um bom exército mal instruído e jamais disponível?) e de manutenção pouco custosa (porque a posição de prima da segurança é sempre cara ... antes).

Bons espíritos, que lamentam a falta de imaginação dos Estados-Maiores, propõem, às vezes com veemência, soluções sedutoras e platonicas. Elas pecam, freqüentemente, pela generosidade de seus autores, que desdenham a vulgaridade das somas. Porque os balanços exatos são, infelizmente, freios cruéis à imaginação.

Continuamos, também, a pensar ser a solução menos má para o problema, tal como se nos apresenta, o serviço de 18 meses, em princípio universal, mas praticamente seletivo, não diferenciado, com possibilidade de baixa do serviço antecipada de um ou dois meses.

É preciso, ainda, que recrutemos os engajados necessários, cerca de 16.000 por ano, se não queremos aumentar o volume já considerável dos efetivos para instrução e se desejamos pôr um fim ao desperdício dos créditos de instrução, inerente à escassez atual de engajados.

A formação de um atirador de míssil anticarro custa 85.000 francos e dura dez meses. Um atirador "serve" seis meses. Cada mês de serviço custa pois, tècnicamente, perto de 15.000 F.

Ora, o número de engajados em 1963 foi de 3.600, em vez dos 16.000 necessários.

Para corrigir essa situação, — mortal para o exército, porque sem uma infra-estrutura de suboficiais e de especialistas qualificados um exército nada vale — foram tomadas medidas de modo a dar um novo atrativo à carreira de suboficial.

Criação de uma escola nacional de suboficiais em Saint-Maixent, que leva os alunos, suboficiais de todas as armas, a adquirir consciência da importância e dos deveres de seu quadro. Criação de uma escola de suboficiais técnicos, em Issoire, onde os jovens recebem, em três anos, formação técnica completa de mecânico de automóvel, de eletricista de automóvel e de técnico em eletrônica. O aperfeiçoamento da cultura geral e de conhecimentos técnicos não especificamente militares são também cuidados, de modo a permitir que o suboficial encontre, no fim do contrato, um emprego no setor civil.

Mas o projeto que parece despertar mais interesse dos suboficiais, refere-se à criação do corpo de oficiais técnicos, que lhes abrirá, amplamente, o acesso ao oficialato.

Este projeto, cuja realização é urgente, inscreve-se, aliás, naturalmente, na curva de evolução dos quadros subalternos de tôdas as coletividades.

O conjunto dessas medidas, às quais se acrescentam outras de caráter imediato, como o aumento das quotas de engajamento e reenajamento, começa a dar resultados.

O licenciamento de nossos suboficiais, aos 10 ou 15 anos de serviço, diminuem, enquanto que os engajamentos aumentam. No primeiro trimestre de 1964, os engajamentos foram 60 a 65% mais elevados do que no mesmo período de 1963.

Estamos longe, contudo, dos 4.000, em média, por trimestre, necessários.

Mas, por embaraçosas que fôssem tais dificuldades, não poderia-mos esperar vê-las resolvidas sem um considerável esforço na instrução, de que necessitavam quadros e tropas para se pôr à altura das técnicas e táticas atuais e, sobretudo, colocar-se em condições de seguir a evolução rápida do amanhã.

É que, com efeito, a uma vintena de anos, a maior parte do exército francês instrua-se, na Indochina e depois na Argélia, numa forma de guerra assaz enganosa, que é a guerra anti-subversiva, em países de raça e civilização exóticas.

Não tinha nem tempo, nem o gosto de pensar, êle próprio, nos problemas de uma guerra na Europa, mais precisamente, de uma guerra nuclear. Deixava esta preocupação inteiramente a seus aliados.

Citemos, somente para exemplificar, que, até recentemente, o curso de admissão à Escola Superior de Guerra não exigia nenhuma noção de tática na guerra nuclear.

Foi, pois, necessário criar esta corrente de pensamento, suscitar a curiosidade e a crítica. Grupos de estudos táticos franceses há três anos estão empenhados nessa tarefa e, pela agitação que causam, pelas indignações que provocam nos círculos responsáveis, é permitido acreditar que não perderam seu tempo.

Foi preciso, também, dirigir o olhar de nossos jovens oficiais para mais além do campo de batalha da guerra psicológica, para outras disciplinas negligenciadas, quando não desprezadas, as ciências técnicas e sociais, por exemplo.

O resultado ultrapassou as esperanças.

Pois êstes guerreiros da *jungle* e dos *djebels*, que nada mais viam senão revoltas e desordens — e que foram bem servidos — lançaram-se

com o mesmo ardor, e a mesma inteligência, nesse novo campo de atividades.

Formamos no ano passado: 3 doutôres e 3 licenciados em física nuclear, 35 engenheiros (Escola Superior de Eletricidade, Pontes e Aterros, Engenharia Nuclear), 9 diplomados (Instituto de Psicologia, Instituto de Estatística) e nossos jovens oficiais obtiveram resultados brilhantes em faculdade de ciências (certificados de estudos superiores de matemática, física, química (M.P.C.), e de ciências físicas, químicas e naturais (S.P.C.N.).

Entre 89 inscritos, 83 foram bem sucedidos na sessão de junho e 3 na de outubro.

Na Faculdade de Paris (certificado M.P.C.), a única menção muito bem foi conseguida por um capitão. Já em 1962, a totalidade das menções muito bem fôra concedida a oficiais. Em sua especialidade, onde representam apenas 29% dos candidatos, os oficiais obtiveram 51% das menções.

Este entusiasmo pela cultura científica, com o resultado alcançado, permitem-nos esperar, para os próximos anos, uma média de 15 doutôres ou licenciados em ciências, por ano.

Com tais vontades, o exército pode ter sólidas esperanças.

Entretanto, assim fazendo, não nos rendemos ao slogan da guerra do aperta-botão.

Porque pensamos que as virtudes do homem combatente ainda têm, e terão por muito tempo, seu lugar na guerra.

Para fazer face à ameaça do átomo, é preciso que os combatentes estejam inflamados da vontade de se bater até o fim, apesar das condições físicas e psíquicas extremas a que ficarão sujeitos.

É isto a guerra total, para a qual todos, seja quem fôr e onde estiver, devêm estar preparados.

A formação "comando" parecer ser a melhor para êste enrijecimento físico e moral. Tal, deve ser, para o futuro, a formação básica do combatente, e para isso foram organizados os centros de treinamento de "comandos". Esta formação exige de todos, e sobretudo dos quadros de oficiais e suboficiais, treinamento físico permanente e vontade de dar o exemplo.

Assim serão treinadas, entre outras, tôdas as forças ditas de infantaria e, em particular, as forças territoriais de infantaria.

A boa velha infantaria, rainha decaída das batalhas, que cada francês conhece, ou acredita conhecer, tema banal de uma ironia fácil, esta boa infantaria foi superada.

Mas no campo de batalha de hoje e de amanhã, o homem ou o pequeno grupo de homens, com o poderio que lhe confere o arma-

mento leve moderno, conserva um valor temível, se foi treinado para sobreviver e combater isolado em meio inimigo.

Certamente, esta formação "comando" não exclui nenhuma das categorias técnicas inerentes ao armamento moderno: técnico em eletrônica e técnico em balística de foguetes, operador de radar, rádio-operador, operador de televisão, motorista e mecânico de carro e piloto e mecânico de helicóptero...

Mas se tudo isto é dispendioso, é também, em suma, realizável. Questão de planificação, orientada com a estrita preocupação de rendimento e economia.

O importante é dar aos nossos quadros, às nossas tropas, a vontade de fazer face ao ciclone da guerra nuclear e de se bater até o fim.

Aí está a essência da dissuasão.

E o material?

O plano do exército prevê desenvolvimento coerente dos meios de fogos nucleares e dos "complementos" que constituem os conjuntos mecanizados e blindados que servem a esses meios de fogos nucleares.

Quanto aos conjuntos mecanizados e blindados, seus principais materiais estão ou já realizados em protótipos e experiência, ou em estudos muito avançados.

O sistema blindado tem por peça principal o carro de 80 t., que parece ser um dos melhores, senão o melhor, entre os carros de sua geração. Admite grandes aperfeiçoamentos, tais como o telêmetro Laser e o lança-mísseis rápido. Provavelmente esta família de blindados não estará obsoleta antes de 1975.

O chassi AMX 13 t. será substituído por um chassi anfíbio de cerca de 8 t. O protótipo atualmente em ensaio traz bons prognósticos sobre seu emprego, quer como carro de combate, quer como transporte de tropa.

Os lança-foguetes e os mísseis anticarro são excelentes e estão em constante aprimoramento quanto à eficácia do sistema de direção, ao peso e à flexibilidade.

Os helicópteros Alouette II e Alouette III continuam em serviço, como meios de ligação, observação e reconhecimento. Seu emprego como anticarros dá muito bons resultados, em certas condições do combate.

O helicóptero de manobra, Alouette IV, atualmente em estudo na Sud-Aviation, voará no começo de 1965. Este helicóptero, de uma carga útil de 1t.5, capaz de uma velocidade de 300 km/h e de voar todo tempo, muito maleável, capaz também de autopropulsão no solo, com o motor parado, será o meio de manobra rápida na zona de combate. Ele facilitará, em particular, a intervenção contra as infiltrações blindadas profundas, colocando comandos anticarros de infantaria nas direções ameaçadas.

A defesa antiaérea ficará assegurada à meia altitude pelos Hawk que estão sendo fabricados, a baixa altitude pelos mísseis ditos "tempo limpo", dos quais o protótipo é esperado para 1966, e pelos canos duplos de 30 mm sobre chassi AMX.

Quanto aos meios mecânicos e eletrônicos que participam da busca de informações, também aí o armamento francês não está em atraso quer se trate dos radares de infantaria, de artilharia e de vigilância do campo de batalha, ou quer se trate dos aviões controlados pelo rádio, ou dos diversos sistemas de comunicações, entre os quais a televisão.

Assim, pois, quanto à concepção e à realização dos vários tipos de material, o plano do exército é capaz de desenvolvimento coerente. A parte executada pelos estudos abrange o futuro mais distante.

Definitivamente, o sistema "armas atômicas táticas — forças mecanizadas" terá todo seu sentido por volta de 1970, e atingirá sua potência entre 1970 e 1975.

A lei-programa que este ano será submetida ao Parlamento, materializará este plano de desenvolvimento para o período 1965-1970.

A 11ª Divisão e seus apoios, que constituem os componentes terrestres da força de intervenção, conservarão sua forma atual.

Receberão apenas, daqui a 1970, alguns melhoramentos quanto a pormenores.

As forças territoriais da ativa estarão constituídas, em sua quase totalidade, em fins de 1964, e serão equipadas, progressivamente, com um armamento adaptado a seu modo de atuação.

Eis as perspectivas oferecidas ao exército, num futuro de uma dezena de anos.

Desejaríamos, sem dúvida, que os prazos de organização de uma força terrestre moderna fôssem mais curtos.

Desejaríamos, sem dúvida, que essa força fôsse mais numerosa. Mas a realização da força nuclear estratégica nacional tem esse preço.

E a França deve a si mesma a obtenção desse instrumento de poder, único capaz de lhe permitir ocupar seu lugar na estratégia geral.

A execução da dissuasão exige, entretanto, um arsenal mais complexo. Forças táticas dotadas de armas nucleares são um complemento indispensável da força estratégica nacional.

E dentre essas forças táticas, para um país continental como a França que tem a invasão às suas portas, o exército continua insubstituível.

Para a sobrevivência nacional, ele será essencial.